

e de novas fontes energéticas para o crescimento económico. Numa perspectiva de longa duração – 1973/2013 –, encontram-se diferentes fases de comportamento do preço do barril de petróleo (para além das duas anteriores):

? Entre 1985 e 1999 situou-se abaixo de 20 USD. O ano de 1998 foi seguramente o pior para Angola com o preço médio do *brent* a situar-se em 12,7 USD. Com a guerra civil num dos seus pontos mais altos, o Estado nem dinheiro tinha para pagar salários.

? Entre 2000 e 2008, o preço médio apresentou um comportamento sempre ascendente no intervalo 25 USD-100 USD. Foi uma das fases de maior estabilidade e amplamente favorável aos produtores desta matéria-prima energética.

? Em 2009, foi o *crash* súbito, com a crise económica e financeira mundial e o preço a baixar para 60 USD.

? Entre 2010 e 2013 ocorreu a recuperação e o preço médio do *brent* foi de 99,1 USD por barril.

? Durante 2014, ocorreram baixas sistemáticas daquele valor que vão facilitar a recuperação económica de muitos países desenvolvidos, em especial da Europa, e prejudicar o crescimento

Devemos pensar seriamente na diversificação, ‘inventar’ poupanças e fontes de financiamento novas, corrigir/eliminar vícios de trabalho, apadrinhar o empreendedorismo e a criação de *know-how* nacional

dos países produtores de petróleo. Os cálculos actuais apontam para um recuo médio de 50% nos últimos seis meses do ano, o que é verdadeiramente dramático para Angola.

Para os especialistas nesta matéria, ainda são os restos dos efeitos nefastos da crise mundial de 2008/2009 a explicar a actual situação no mercado mundial de crude, aos quais se juntam os factores que já enumerei mais atrás. Mas existe por detrás de toda esta situação uma ‘guerra política’ comandada pela Arábia Saudita contra os Estados Unidos, o Irão, o Brasil e a Rússia. A sua justificação para, em nome da OPEP, se não reduzirem os actuais níveis de produção é o receio de esta organização e os seus membros perderem a sua quota de mercado. A extracção de petróleo de xisto nos Estados Unidos só é rentável se o preço do petróleo não descer de 50 USD o barril e o pré-sal precisa de um preço de mais de 100 o barril USD. O custo de extracção de petróleo *on shore* na Arábia Saudita é de cerca de 5 USD o barril, podendo, portanto, suportar quebras ainda maiores no preço médio internacional. Mas não é só esta vantagem de custo baixo. Durante os anos dourados, este país árabe do Oriente Médio acumulou fantásticas reservas financeiras (cerca de 800 mil milhões USD) propiciadas por um colossal diferencial entre preço de venda e custo de produção. Será que se está perante o regresso do petróleo barato? Neste cenário, o nosso país arrisca-se a entrar em recessão.

E a diversificação? Não há nenhum dirigente político do MPLA e do seu Governo que agora não fale da diversificação da economia. Isto não acontece há quatro ou cinco anos, em que o essencial do discurso oficial era a reconstrução das infra-estruturas e a acumulação primitiva de capital. E agora, como financiá-la num clima de recessão nas receitas do Estado e da economia e de eventual retracção do investimento directo estrangeiro? Agora é que é a oportunidade de se pensar seriamente na diversificação, ‘inventar’ poupanças e fontes de financiamento novas (algumas devem passar pelas sugestões da minha anterior crónica), corrigir/eliminar vícios de trabalho baseados no oportunismo e no paternalismo, apadrinhar o empreendedorismo e a criação de *know-how* nacional (o *know-how* existente pertence aos expatriados, que não o repartem e o usam para renovar contratos de assistência técnica ou de consultoria dos quais os angolanos pouco têm beneficiado), e valorizar o salário e o trabalho dos angolanos.

ANÁLISE



Carlos Matias Ramos

Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Portugal

A engenharia como factor determinante no crescimento económico e social

“**A**s ambições e objectivos do nosso Programa de Governação têm uma forte motivação de justiça social e de desenvolvimento humano. A sua concretização assenta numa estratégia de crescimento económico, em que o investimento público e o investimento privado em projectos estruturantes do sector público se constituem na plataforma para o desenvolvimento da economia nacional.”
Citação do discurso do Presidente da República de Angola, Eng. José Eduardo dos Santos, transcrita no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 de Angola.

Este Plano contém uma descrição bastante detalhada, por sector económico, caracterizando as intituladas “fraquezas críticas”, que devem ser superadas e que condicionam a dinâmica do processo de desenvolvimento de Angola, identificando igualmente as “oportunidades” deste jovem país.

Trata-se de um documento que estabelece os principais pressupostos das opções de investimento público, destacando as particularmente vocacionadas para solucionar os estrangulamentos estruturais da economia de Angola e, assim, aumentar a taxa potencial de crescimento económico e social.

Na situação actual, a redução do preço do petróleo conduz inevitavelmente a uma significativa redução nas receitas fiscais do Estado, o que condiciona o investimento público e provoca a queda dos níveis de actividade de sectores importantes como a agricultura, os serviços mercantis e a indústria transformadora.

O desenvolvimento económico e social de um país exige permanentes preocupações com a utilização dos seus recursos e com a sua transformação, assumindo a engenharia um papel determinante, dada a sua missão principal de transformar e adaptar a natureza com o fim de otimizar a qualidade de vida.

De entre os diversos condicionamentos apresentados no Plano Nacional de Desenvolvimento, considerando apenas os que envolvem uma participação activa da engenharia, enfatizo, pela sua relevância, os correspondentes à área do ensino, associados à insuficiente oferta de ensino técnico-profissional e à escassez de cursos universitários nas áreas de engenharia e tecnologia.

No âmbito das opções de investimento público referidas neste Plano, contemplando apenas os sectores em que a engenharia desempenha um papel incontornável,

destaco as insuficiências em infra-estruturas base para o desenvolvimento económico e social, tais como o saneamento, o abastecimento de água e energia eléctrica às populações, a agro-pecuária, a produção e transporte de energia eléctrica, as redes de transporte rodoviário e ferroviário e de portos, concebidas e implementadas numa lógica intermodal, bem como as telecomunicações.

Angola dispõe de vastas potencialidades, capazes de transformar as fraquezas em forças. Sem a preocupação de as enumerar, destaco a população jovem disponível para formação profissional, a extensão do território, a orla marítima, com um considerável nível de biomassa, as reservas de recursos petrolíferos e minerais por explorar, o elevado potencial hídrico, eólico, solar e de biomassa.

Perante os enormes desafios, surge então a necessidade de hierarquizar investimentos à luz das previsíveis evoluções da sociedade e das suas necessidades. Tarefa extremamente difícil. Ressalto, ainda assim, os que se encontram associados ao acesso aos bens essenciais promotores da coesão social.

O saneamento básico surge determinante na luta para a melhoria da saúde pública, ela própria valorizada também do ponto de vista económico. Um estudo efectuado pela Fundação Nacional de Saúde (Brasil) concluiu que, por cada real investido no sector de saneamento, resulta uma economia na área da medicina curativa quatro vezes superior.

O sector agro-pecuário é também decisivo no sentido de diminuir a dependência do País relativamente aos produtos alimentares, de possibilitar uma maior empregabilidade e de reduzir a desertificação do interior, contribuindo para atenuar a forte concentração populacional nas cidades e reforçando o seu papel na coesão social. Acresce a escalada dos preços mundiais das matérias-primas de origem agrícola e a perspectiva do aumento da procura mundial de bens alimentares, aumento estimado em 70% até 2050, o que conduz à inevitabilidade do aumento dessa produção.

De entre os sectores determinantes e sobre os quais deve incidir o investimento público está, naturalmente, o ensino. O incremento do saber constitui a alavanca para, produzindo conhecimento, ser potenciador da redução das desigualdades sociais, de estímulo à implantação de empresas e à captação de investimento. O saber e a competência em engenharia são, estou certo, a chave para a modernização da sociedade angolana.

Esta semana não há *Economia 100 makas*.